

# ESCÂNDALO POLÍTICO E ANÁLISE DA NARRATIVA: a cobertura sobre o vazamento do depoimento de Paulo Roberto Costa nos jornais Folha de S. Paulo e O Estado de S. Paulo

*Camila MONT'ALVERNE<sup>29</sup>*

**RESUMO:** O artigo pretende analisar a cobertura sobre o vazamento do depoimento de delação premiada do ex-diretor da Petrobras, Paulo Roberto Costa, no material informativo dos jornais Folha de S. Paulo e O Estado de S. Paulo. A partir da discussão sobre análise da narrativa e escândalo político, o trabalho procura identificar os conflitos que aparecem na cobertura jornalística e perceber como eles se desenrolam no material analisado. Foram encontrados quatro conflitos principais, descritos no texto. O jogo político e a campanha eleitoral recebem atenção especial dos jornais, a partir de uma perspectiva de desconfiança dos agentes políticos e da política.

**PALAVRAS-CHAVE:** Escândalo político. Análise da narrativa. Escândalo da Petrobras. Folha de S. Paulo. O Estado de S. Paulo.

**ABSTRACT:** This article analyzes the coverage about the leaking of plea bargaining testimony of a former director of Petrobras in the informative content of two Brazilian newspapers, Folha de S. Paulo and O Estado de S. Paulo. We discuss about narrative analysis and political scandal, trying to identify the conflicts that appear in the coverage and realize how they are developed in the stories analyzed in this paper. We found four main conflicts and they are described during the article. Political contests and electoral campaign receives special attention from the newspapers. They adopt a perspective of distrust of political agents and of politics.

**KEY-WORDS:** Political scandal. Narrative analysis. Petrobras' scandal. Folha de S. Paulo. O Estado de S. Paulo.

---

<sup>29</sup> Mestranda do Programa de Pós-Graduação em Comunicação (PPGCOM) da Universidade Federal do Ceará (UFC). Integrante do Grupo de Pesquisa em Política e Novas Tecnologias (PONTE). Bolsista Capes. E-mail: [camilapessoa31@gmail.com](mailto:camilapessoa31@gmail.com)

## 1. Introdução

Considerando que a “linguagem narrativa expressa o mundo e revela a realidade” (SILVA, 2007, p. 50), as notícias são uma maneira de narrar determinados acontecimentos e estão sujeitas à intencionalidade e às percepções dos narradores. A abordagem construcionista sobre o Jornalismo reconhece as limitações da cobertura em refletir a realidade, admitindo que as notícias podem ser reconhecidas como narrativas, sem que isso signifique uma perda na importância delas para representar tal realidade. Na verdade, apenas é salientado o papel de construtora da realidade desempenhado pela cobertura (TRAQUINA, 2005; TUCHMAN, 1972; TUCHMAN, 1978).

De modo geral, as narrativas estão imbuídas das intencionalidades dos narradores, estando distantes da neutralidade ou do desinteresse (MOTTA, 2013a). Isto vale, inclusive, para o caso do Jornalismo. Mesmo que os profissionais se utilizem de estratégias para se mostrarem imparciais e objetivos, as notícias podem ser encaradas como narrativas, ajudando a enquadrar a realidade social de uma maneira específica e a partir de perspectivas privilegiadas. As empresas jornalísticas cumprem, deste modo, um papel específico na realidade, dispondo da possibilidade de estabelecer os limites da cobertura e, em certos momentos, do que será discutido socialmente.

Parte da literatura sobre Jornalismo político menciona o interesse das empresas de comunicação em explorar o conflito entre os agentes políticos, os escândalos e o desenrolar do jogo político, em detrimento de questões substanciais e que teriam mais impacto no cotidiano do cidadão comum (FALLOWS, 1997; GOMES, 2004; KOVACH; ROSENSTIEL, 2003; SCHUDSON, 2008; THOMPSON, 2002). Reconhecendo a importância do conflito para a configuração da narrativa jornalística, este artigo adota a ideia defendida por Motta e Guazina (2010, p. 135), de que

(...) o conflito funcionaria como um frame (enquadramento) cognitivo utilizado para organizar as atividades dos atores políticos, definir as situações e demarcar os acontecimentos. Uma categoria preexistente na cultura dos jornalistas, através da qual eles enquadram a realidade, particularmente a realidade política.

O trabalho irá debruçar-se sobre a cobertura do depoimento – e suas consequências – do ex-diretor da Petrobras Paulo Roberto Costa, que revelou um esquema de corrupção envolvendo o Partido dos Trabalhadores (PT) e outros partidos da base aliada ao governo da Presidente Dilma Rousseff. O objetivo é identificar os

conflitos e perceber como eles se desenrolam durante o período analisado, tendo como *corpus* a cobertura informativa dos jornais Folha de S. Paulo e O Estado de S. Paulo.

Para alcançar o objetivo, o artigo mobiliza a literatura sobre Jornalismo e escândalos políticos, dialogando com estudos sobre narrativa. Depois, serão apresentadas as estratégias metodológicas, seguidas pela análise e discussão dos achados. Por fim, são feitas as considerações finais do trabalho.

## 2. Jornalismo, escândalos políticos e suas narrativas

Ricoeur, citado por Motta (2006, p. 48), afirma que “as narrativas são um meio de reconfigurar a nossa confusa e difusa experiência temporal”. O Jornalismo, por sua vez, também oferece uma forma de organizar a realidade social, destacando os acontecimentos mais relevantes e abordando-os a partir de perspectivas específicas.

“As notícias diárias vão sendo encaixadas e compreendidas como micro-episódios de sentido aberto, mas relacionados a algo progressivamente refigurado na imaginação dos receptores, com o auxílio da memória” (MOTTA, 2006, p. 56). A notícia pode, assim, ser encarada como uma narrativa, ainda que sujeita a regras específicas de legitimação do campo, como o respeito aos critérios de noticiabilidade.

No caso do Jornalismo – político, em especial –, é importante levar em conta que as narrativas não estão dissociadas da realidade. A comunicação de massa é, em muitos casos, a principal forma de contato entre os cidadãos e os agentes políticos (MARQUES; MIOLA, 2010; MIGUEL, 2014; THOMPSON, 2002), fazendo com que a cobertura se torne espaço de tensão entre diferentes agentes políticos e entre agentes do campo político e do campo midiático (GOMES, 2004; MIGUEL, 2003; THOMPSON, 2002).

“(…) o trabalho dos jornalistas gira em torno da produção de narrativas, tendo a realidade factual como grande referente” (ARAÚJO, 2012, p. 5). Isto significa que, mesmo com os critérios de objetividade e de imparcialidade impostos pelo campo, o Jornalismo cria suas próprias narrativas sobre os eventos – e, eventualmente, incorpora a de alguns agentes, dependendo da importância concedida à fonte pela matéria. Por sinal, a cobertura também depende da participação delas, que têm interesse em serem apresentadas de forma que lhes favoreça. A cobertura se torna, assim, arena de disputa entre os diferentes concernidos, especialmente, quando se trata de Jornalismo político.

A narrativa jornalística não existe, simplesmente. Ela passa por um processo de construção, no qual devem ser respeitados alguns critérios legitimados pelo campo e no qual diversos interesses estão envolvidos.

Para conseguir maior visibilidade e fazer prevalecer seus pontos de vista, os atores sociais envolvidos desenvolvem um jogo de concessões e vantagens, e utilizam diferentes estratégias de ação: ninguém entra na relação comunicativa jornalística de maneira ingênua (MOTTA, 2013b, p. 9).

A cobertura é elemento constitutivo da construção da imagem pública dos agentes políticos (MONT'ALVERNE; MARQUES, 2013), contribuindo para o sucesso – ou não – deles. O desenvolvimento da comunicação de massa torna mais fácil aos agentes políticos atingir um número maior de cidadãos. No entanto, a visibilidade proporcionada nem sempre é positiva.

Ao mesmo tempo em que pode ajudar na ascensão dos agentes políticos, o Jornalismo também pode atrapalhar seus planos, ao oferecer visibilidade negativa quando um escândalo vem à tona. Neste trabalho, entende-se escândalo político (ou midiático) como

um acontecimento que implica revelação através da mídia de atividades que fossem previamente ocultadas (ou conhecidas por apenas um pequeno círculo de pessoas), atividades de caráter moralmente ignominioso e que, ao se tornarem públicas desse modo, poderiam acabar trazendo implicações prejudiciais aos indivíduos implicados. (THOMPSON, 2002, p. 87)

A divulgação do conteúdo do depoimento de Paulo Roberto Costa deu origem ao escândalo político, pois diversos agentes pertencentes àquele campo foram acusados de irregularidades que vieram a público.

A emergência de um escândalo depende do conhecimento de outros, envolvendo um grau de conhecimento público sobre as ações e acontecimentos e a transformação desse conhecimento em 'making public' e 'making visible', através dos quais estas ações se tornam conhecidas dos outros. Nesse sentido, é crucial o papel da comunicação midiática na divulgação e publicização de vários escândalos (CHAIA; TEIXEIRA, 2001, p. 64).

Ressalta-se que o escândalo se desenvolve a partir da revelação de atos ilícitos ou que não são bem vistos socialmente (EKSTRÖM; JOHANSSON, 2008; THOMPSON, 2002; TUMBER; WAISBORD, 2004). Porém, não são criados somente pela comunicação de massa, pois as atitudes que o originam já existem previamente. A

diferença é que, com a veiculação deles pelas empresas de comunicação, larga parcela da população passa a conhecê-los.

O escândalo político se desenrola na esfera de visibilidade pública e a partir de uma dinâmica própria, embora dependa do aparecimento de novidades para manter-se interessante. Ele

só pode se manter na agenda pública enquanto a mídia se ocupa intensamente dele, seja através de novas denúncias, a entrada em cena de uma testemunha bomba, a introdução de novos fatos produzidos pelo jornalismo investigativo ou mesmo pela simples reprodução das declarações dos agentes envolvidos (acusadores e denunciados) e da cobertura da repercussão do caso (AZEVEDO, 2010, p. 15).

O desenvolvimento do escândalo está, desta forma, intrinsecamente ligado à narrativa criada pelo Jornalismo, que oferece novos conflitos, novas personagens e novos acontecimentos à audiência. “(...) a publicação de um escândalo na mídia não é só sobre a divulgação (e o relato investigativo), mas também sobre dramatização, *storytelling* e atrações” (EKSTRÖM; JOHANSSON, 2008, p. 61, tradução própria<sup>30</sup>). É necessário, ainda, que a sociedade reconheça a denúncia como escândalo, um processo no qual o Jornalismo cumpre papel fundamental.

Para que um determinado acontecimento se transforme em escândalo político, a noticiabilidade e o valor-notícia das transgressões devem ser compartilhados pela imprensa e seus leitores, ingressando no circuito de notícias que pautam os outros veículos e o debate público (ALDÉ; VASCONCELLOS, 2008, p. 64-65).

Critica-se a exploração de escândalos e conflitos pelas empresas de comunicação (FALLOWS, 1997; GOMES, 2004; SCHUDSON, 2008), argumentando que elas não entregariam ao leitor um produto que abordasse questões substanciais (FALLOWS, 1997; KOVACH; ROSENSTIEL, 2003) ou que as denúncias não provocam grandes transformações no modo de lidar com os escândalos (TUMBER; WAISBORD, 2004).

Ainda que não seja razoável desconsiderar os apelos mercadológicos dos escândalos, tornando sua veiculação atraentes para as empresas de comunicação, deve-se levar em conta o papel de fiscalizador que o Jornalismo pode desempenhar, ao fazer com que os agentes políticos tenham de esclarecer as ações e políticas adotadas perante

---

<sup>30</sup> Todas as traduções deste artigo são de responsabilidade da autora.

a sociedade (DJERF-PIERRE *et al*, 2013; SCHUDSON, 2008; THOMPSON, 2002).

Outra característica do Jornalismo também criticada, a exploração dos conflitos, é um traço fundamental das narrativas, “porque é ele que dispõe as ações e as personagens na estória” (MOTTA, 2013a, p. 169). Tuchman (1972) defende que a apresentação do conflito é uma forma de o Jornalismo mostrar-se objetivo à audiência, visibilizando os diversos lados em disputa. A narrativa jornalística, assim como não gera o escândalo, não cria o conflito dissociado da realidade concreta. Em consonância com Motta (2013a), defende-se que a identificação deles permite compreender como o narrador organiza o acontecimento que pretende relatar.

Em relação aos jornalistas, o escândalo serve como forma de reafirmarem seu espaço como defensores da sociedade, legitimando a necessidade da profissão para as democracias contemporâneas. “O escândalo político é ocasião para a auto justificação dos jornalistas que se situam, eles próprios, e assim são vistos pelos cidadãos, como um elemento de controle na dinâmica política, responsáveis pela transparência e pela denúncia das instituições públicas” (ALDÉ; VASCONCELLOS, 2008, p. 61).

Mais que justificar o próprio trabalho, os jornalistas dispõem da possibilidade de estabelecer os limites da cobertura. Está nas mãos da empresa jornalística a decisão de abordar – e de como fazê-lo – determinados escândalos, ainda que as regras da profissão devam ser observadas.

(...) na construção dos escândalos midiáticos, os *media* também contribuem para estabelecer códigos morais e a linha de fronteira entre o que é aceitável ou não. Um escândalo não é, meramente, algo que é revelado, mas também algo que é mostrado, reportado, organizado e mantido vivo dia após dia (EKSTRÖM; JOHANSSON, 2008, p. 72).

A narrativa desenvolvida pelo campo do jornalismo sobre o escândalo político pode, portanto, contribuir para a legitimação da atividade, além de interferir na configuração do poder político, tendo em vista que, a depender da gravidade do caso, a carreira do agente pode ser comprometida.

### 3. Estratégias metodológicas

O *corpus* da análise é composto por 108 peças dos jornais O Estado de S. Paulo

e Folha de S. Paulo, sendo 69 do primeiro e 39 do segundo<sup>31</sup>. A opção de trabalhar com as duas empresas paulistas se dá pela importância de ambos no cenário nacional, sendo considerados *quality-papers*, bem como pela larga tiragem de ambos<sup>32</sup>. Os dois também são periódicos que contam com grande reverberação junto ao campo político, estando entre os mais lidos pelos deputados federais<sup>33</sup>. Além da relevância das duas publicações, analisar o material de jornais do mesmo estado e que se dirigem a públicos semelhantes permite comparar as diferenças na cobertura feita pelas duas empresas.

Foi coletado o material informativo publicado na capa dos periódicos, na seção “Política” de O Estado de S. Paulo – pertencente ao Primeiro Caderno – e na seção “Poder” e “Eleições 2014” da Folha<sup>34</sup>. As editorias mencionadas foram selecionadas por lidarem com o conteúdo político dos jornais, sendo as responsáveis pela cobertura sobre os agentes políticos e acerca dos temas que os envolvem.

Como palavras-chave para a seleção dos textos, foram utilizados os termos “Paulo Roberto Costa” ou “PR Costa”. Foram coletados manchetes, notícias e reportagens publicadas entre 6 de setembro – data da divulgação da lista elaborada a partir do depoimento de Paulo Roberto Costa, com os nomes dos agentes políticos supostamente envolvidos nas irregularidades – e 20 de setembro – duas semanas após tal divulgação e três dias após o depoimento do ex-diretor da Petrobras na CPI. O período delimitado permite acompanhar o início do caso e sua repercussão, inclusive após a convocação de Costa ao Congresso para prestar esclarecimentos.

Adota-se, como método, a análise crítica da narrativa, desenvolvida por Motta (2013a). Um dos pontos da metodologia proposta pelo autor receberá maior foco: a identificação dos conflitos. Para operacionalizar a análise, o trabalho adota parte da metodologia proposta por Correia (2012) em sua tese – na qual ele faz a análise da narrativa de um escândalo político. O autor propõe uma metodologia interpretativa para estudar a cobertura sobre o assassinato do ex-Prefeito de Santo André, Celso Daniel. Tendo em vista que o material examinado neste trabalho é consideravelmente menor e

---

<sup>31</sup> As referências de todas as peças analisadas podem ser encontradas neste link: <http://bit.ly/1w90jW>.

<sup>32</sup> Em 2013, a Folha teve uma média de circulação de paga de 294.811 exemplares, enquanto o Estadão teve tiragem de 234.863, o que coloca os jornais entre os quatro periódicos com maior tiragem no Brasil. Disponível em <<http://www.anj.org.br/maiores-jornais-do-brasil>>. Acesso em 23 out 2014.

<sup>33</sup> Disponível em <[http://links.fsb.com.br/site\\_fsb/Midia\\_e\\_Politica\\_2015\\_pags\\_independentes.pdf](http://links.fsb.com.br/site_fsb/Midia_e_Politica_2015_pags_independentes.pdf)>. Acesso em 31 ago. 2015.

<sup>34</sup> A seção “Eleições 2014” compunha a editoria “Poder” na FSP durante o período. OESP não trazia uma seção específica para tratar do pleito.

tem um caráter diferenciado, opta-se por não utilizar todas as estratégias desenvolvidas por Correia, e por adaptar algumas delas.

Aproveita-se a noção de núcleos temáticos, entendidos como “narrativas sobrepostas que ao longo da cobertura vão dando a dinâmica que move seu desdobramento” (CORREIA, 2012, p. 164). No caso deste trabalho, os núcleos temáticos são vistos como os conflitos apresentados pela cobertura e que acabam por estruturá-la. Em seguida, serão também identificados as personagens e os subtemas presentes no material analisado. Tais subtemas são entendidos como as diversas narrativas que irão compor o núcleo temático.

A partir da leitura e interpretação dos textos mencionados, será diagnosticada a narrativa desenvolvida pela Folha e pelo Estadão sobre o depoimento de Paulo Roberto Costa, analisando os conflitos e as personagens presentes no material.

#### 4. Análise e discussão

A análise da cobertura nos dois jornais permitiu encontrar os seguintes elementos:

Tabela 1 – Elementos encontrados na análise da cobertura da Folha de S. Paulo

<b>Núcleos temáticos</b>	<b>Subtemas</b>	<b>Personagens</b>
<b>Depoimento vazado</b>	Políticos e partidos recebiam o equivalente a 3% em cada contrato firmado durante a passagem de PR Costa pela direção da estatal; políticos negam envolvimento em irregularidades; Dilma afirma não ter desconfiado das irregularidades e diz que elas serão apuradas; Acusações publicadas pela IstoÉ envolvem outros agentes políticos; PR Costa afirma ter recebido R\$ 1,5 milhão em propina durante o processo de compra da	Paulo Roberto Costa; Teori Zavascki; Dilma Rousseff; Alberto Youssef; Renan Calheiros; Eduardo Campos; Henrique Eduardo Alves; Edison Lobão; Cândido Vaccarezza; João Vaccari Neto; Roseana Sarney; Sérgio Cabral; Mario Negromonte; Romero Jucá; Ciro Nogueira;

	refinaria de Pasadena; PR Costa diz que existiam desvios em outras áreas da Petrobras.	Cândido Vaccarezza; João Pizzolatti; Graça Foster; Sérgio Moro; Cid Gomes; Delcídio Amaral; Francisco Dornelles; Eduardo Cunha; Renato Duque; Nestor Cerveró
<b>Reverberação na campanha</b>	Preocupação do governo com impacto da delação na campanha; Dilma fica na defensiva e Aécio ataca; Marina critica os adversários (PT, Dilma e Aécio); influência das denúncias no HGPE dos acusados e dos adversários deles; alteração no perfil de PR Costa na Wikipédia para ligá-lo ao governo FHC; Cid Gomes pede à Justiça suspensão da circulação da IstoÉ, que depois é liberada.	Dilma Rousseff; Aécio Neves; Lula; Michel Temer; Aloizio Mercadante; José Eduardo Cardozo; Marina Silva; Fernando Henrique Cardoso; Cid Gomes; Ricardo Pedreira
<b>Convocação de Paulo Roberto Costa à CPI</b>	Oposição pressiona para convocação de Paulo Roberto Costa à CPI; impasse sobre se seria ou não possível ouvir PR Costa na CPI; expectativa sobre comportamento de PR Costa na CPI; base aliada tenta esvaziar CPI.	Paulo Roberto Costa; Marco Maia; Vital do Rêgo; Nestor Cerveró; Teori Zavascki; Jorge Viana; Sérgio Moro; Ricardo Berzoini
<b>Repercussão da participação de PR Costa na CPI</b>	Paulo Roberto Costa fica calado; CPI é explorada eleitoralmente	Paulo Roberto Costa; Vital do Rêgo

Tabela 2 – Elementos encontrados na análise da cobertura de O Estado de S. Paulo

<b>Núcleos temáticos</b>	<b>Subtemas</b>	<b>Personagens</b>
<b>Depoimento vazado</b>	Empreiteiras formaram cartel na Petrobras; Políticos e partidos recebiam o equivalente a 3% em cada contrato firmado durante a passagem de PR Costa pela direção da estatal; Renan Calheiros estaria envolvido em negócios com fundo de pensão dos Correios; políticos negam envolvimento em irregularidades; citados evitam aparecer no desfile de 7 de setembro; Dilma afirma não ter desconfiado das irregularidades e que elas serão apuradas; PR Costa aceita devolver US\$ 23 milhões; Sergio Gabrielli afirma que as razões para a indicação de PR Costa para a diretoria são do governo; PR Costa afirma ter recebido R\$ 1,5 milhão em propina durante o processo de compra da refinaria de Pasadena.	Paulo Roberto Costa; Renan Calheiros; Alberto Youssef; Roseana Sarney; MO Consultoria; Camargo Corrêa; OAS; Galvão Engenharia; Sérgio Machado; João Vaccari Neto; André Vargas; Luiz Argôlo; Fernando Collor; Eduardo Campos; Edison Lobão; Sérgio Cabral; Henrique Eduardo Alves; Romero Jucá; Ciro Nogueira; Cândido Vaccarezza; João Pizzolatti; Mario Negromonte; Vital do Rêgo; Teori Zavascki; Sergio Moro; Nestor Certero; José Eduardo Cardozo; Guilherme Estrella; José Janene; Graça Foster; Francisco Dornelles; Dilma Rousseff.
<b>Reverberação na campanha</b>	Empreiteira sob suspeita doou para campanhas de Dilma e de Aécio; preocupação do governo com impacto	UTC Engenharia; Paulo Roberto Costa; Dilma Rousseff; Aécio Neves;

	<p>da delação na campanha; denúncias envolvem não só políticos do PT; Dilma fica na defensiva e Aécio ataca; Marina ataca Dilma e o PT; Dilma devolve ataques de Marina e de Aécio; Aécio e Marina discursam defendendo a apuração das irregularidades; campanhas redesenham estratégia; alteração no perfil de PR Costa na Wikipédia para liga-lo ao governo FHC; tentativa de ligar início do escândalo à gestão FHC; Cid Gomes pede à Justiça suspensão da circulação da IstoÉ, que depois é liberada.</p>	<p>Aloizio Mercadante; Eduardo Campos; Marina Silva; Lula; Michel Temer; Rui Falcão; Roberto Amaral; Aloysio Nunes; Gilberto Carvalho; Ricardo Berzoini; Cid Gomes; Ricardo Pedreira; Miguel Rossetto; Fernando Henrique Cardoso; Miriam Belchior.</p>
<p><b>Convocação de Paulo Roberto Costa à CPI</b></p>	<p>Base aliada tenta adiar ida de PR Costa à CPI e impedir o presidente da CPI de solicitar cópia do depoimento dele ao Supremo; impasse sobre se seria ou não possível ouvir PR Costa na CPI; dúvida sobre a sessão de depoimento na CPI ser fechada ou aberta</p>	<p>Vital do Rêgo; Gim Argelo; Humberto Costa; Eduardo Cunha; Marco Maia; Cristovam Buarque; Randolfe Rodrigues; Rodrigo Rollemberg.</p>
<p><b>Repercussão da participação de PR Costa na CPI</b></p>	<p>Paulo Roberto Costa fica calado; CPI é explorada eleitoralmente; Alívio por parte da campanha de Dilma por PR Costa não ter falado na CPI.</p>	<p>Paulo Roberto Costa; Dilma Rousseff; Aécio Neves; Antonio Imbassahy; Fernando Henrique Cardoso; Afonso Florence; Julio Delgado; Eduardo Cunha; Henrique Eduardo Alves; Renan Calheiros; Edison Lobão; Beatriz Catta Preta; Humberto Costa; Lúcio Vieira Lima; Mendonça</p>

		Filho; Carlos Sampaio; Vicentino.
--	--	--------------------------------------

A partir das tabelas, percebe-se que os núcleos temáticos se repetem nos dois periódicos, mas isto não significa que a narrativa desenvolvida por ambos seja a mesma. Como pode ser percebido pela quantidade de subtemas e de material a compor o *corpus*, O Estado de S. Paulo ofereceu vasta cobertura sobre o depoimento de Paulo Roberto Costa e seus desdobramentos, trazendo material exclusivo e explorando de forma mais detida os conflitos. O periódico também conferiu mais destaque ao escândalo, mencionando o caso na capa em 13 edições durante o período analisado, enquanto, na Folha, a história figurou na capa em 6 edições.

O primeiro dos núcleos temáticos – ou conflitos –, referente ao vazamento do depoimento, opõe Paulo Roberto Costa aos acusados, que negam as acusações e envolvimento nas irregularidades relatadas pelo ex-diretor na cobertura dos dois jornais.

A cobertura da Folha de S. Paulo, neste núcleo, preocupa-se em informar os principais eventos do escândalo – como a acusação de que agentes políticos recebiam 3% de propina nos contratos firmados pela Petrobras, além das negações dos envolvidos. A exploração do escândalo por parte do periódico, neste conflito, se dá, em vários momentos, a partir de informações publicadas em outros produtos jornalísticos, como nas revistas Veja e IstoÉ e no jornal O Estado de S. Paulo. Costa aparece como personagem chave para o desenvolvimento da trama, pois

Os nomes, segundo a revista, surgiram no acordo de delação premiada que Costa fez com procuradores da força tarefa da Operação Lava Jato. (...) Costa é apontado como chefe de um esquema de desvio de verbas da Petrobras no período em que foi diretor da estatal, de 2004 a 2012, nos governos de Lula e de Dilma Rousseff, ambos do PT. O doleiro cuidaria da lavagem do dinheiro para que o recurso chegasse aos políticos (EX-DIRETOR DA PETROBRAS..., 7 set. 2014, A4)

A cobertura de OESP sobre o depoimento vazado de PR Costa também se inicia a partir das denúncias da revista Veja, mas adota uma lógica diferente, pois o jornal investiga o caso por conta própria, a exemplo de quando noticia que Costa aceitou devolver U\$ 23 milhões, uma informação exclusiva (MACEDO; GALHARDO, 14 set. 2014, A4), ou que a família do ex-diretor movimentou R\$ 89 milhões (FABRINI; MATAIS, 10 set. 2014, A10). O periódico dá espaço para que outro ex-diretor da Petrobras, Guilherme Estrella, colabore na configuração da imagem de PR Costa,

afirmando que Costa “É um bandido que exerceu por 30 anos cargo de gerência” (NUNES, 11 set. 2014, A4). Estrella também procura blindar o governo, uma estratégia, aparentemente, identificada pelo Estadão, que menciona a filiação partidária dele.

Em tom de desabafo, Estrella afirmou também que o esquema de corrupção investigado na Petrobrás não teve origem no governo do PT, partido ao qual é filiado há cerca de três décadas, e defendeu a reeleição da presidente Dilma Rousseff para o crescimento do investimento no setor de petróleo. “Vocês estão pensando que a roubalheira na Petrobrás só aconteceu nesse governo?”, questionou ele à plateia (...). (NUNES, 11 set. 2014, A4).

O Estado de S. Paulo questiona os citados no depoimento, dedicando, por exemplo, uma notícia separada para informar que o presidente do Senado, Renan Calheiros, foi citado em irregularidades no fundo de pensão dos Correios (MATAIS; BRITO; MACEDO, 6 set. 2014, A6). Renan também será lembrado nos dias subsequentes, inclusive, em uma notícia sobre a campanha para governador de Alagoas de seu filho, que evitaria mencionar o pai para não prejudicar a própria imagem (BRANDT, 14 set. 2014, A16).

Os jornais – OESP, em especial – mostram-se preocupados em identificar as estratégias de construção de imagem adotadas pelas candidaturas. Isto fica mais claro no núcleo temático “Reverberação na campanha”.

OESP aborda, em diferentes momentos, as alterações que a revelação do depoimento de Costa trouxe para o cenário eleitoral. O jornal apresenta para o leitor as estratégias das campanhas dos presidenciáveis para explorar ou se defender das acusações, além das preocupações do governo com as denúncias. “Há preocupação com o que ainda está por vir e qual o tamanho do estrago que isso poderá provocar na campanha dos aliados do governo” (MONTEIRO, 6 set. 2014, A6).

Sobre as estratégias para reagir ao escândalo, o periódico afirma que “Dilma orientou ontem sua equipe a blindar o governo e sua campanha das denúncias de Costa” (ROSA; MOURA; GALHARDO; LEAL, 8 set. 2014, A4), enquanto Aécio Neves “quer aproveitar o episódio para tentar reverter sua queda nas pesquisas” (idem, ibidem). Já Marina Silva evitou associar as denúncias que envolvem Eduardo Campos à sua imagem (GALHARDO, 8 set. 2014, A4).

Os três presidenciáveis principais são apresentados em conflito, cada um com interesses específicos a serem resguardados. No início das denúncias, apenas Aécio Neves atacou, afirmando que o caso seria o “Mensalão 2” (MARINS, 7 set. 2014, A4) –

e o jornal enquadra a postura do candidato do PSDB como “uma tábua de salvação para alvejar os petistas e o PSB e com isso tirar o candidato da terceira colocação” (VENCESLAU, 9 set. 2014, A8). Posteriormente, Marina Silva também critica o governo, afirmando que seria responsável por manter uma “quadrilha no comando da Petrobras” (PERON; FERNANDES, 9 set. 2014, A8).

Dilma Rousseff adota a estratégia de se afastar do escândalo, afirmando que “seu governo investiga tudo, ‘doa a quem doer’” (ROSA; MOURA; MONTEIRO, 9 set. 2014, A6). A presidente também é apresentada em oposição a Aécio e a Marina, afirmando que os adversários “não podem esquecer seus telhados” (ROSA; MOURA; MONTEIRO, 9 set. 2014, A7). De acordo com o jornal, Dilma também apresentaria um capítulo sobre gestão pública em seu plano de governo, a fim de servir como “antídoto” à crise na Petrobras (ROSA; COLETTA, 19 set. 2014, A5).

Sobre a cobertura da reação da presidente, é interessante notar que OESP dedica duas páginas inteiras da edição de 9 de setembro à entrevista que Dilma concedeu ao jornal, enquanto as notícias sobre Aécio e Marina dividem um terço de página na mesma edição. Isto revela o quanto a autoridade da fonte está ligada ao espaço do qual ela dispõe na cobertura (ARNOLD, 2004; KAPLAN, 2012; GOMES, 2008). Significa, também, que o Jornalismo acaba por reforçar tal autoridade, mesmo seguindo os critérios para a produção do noticiário (COOK, 2005).

Por mais que se afirmem neutras e imparciais, as empresas jornalísticas configuram uma maneira específica de compreender os conflitos e os envolvidos neles, podendo oferecer maior visibilidade a determinados agentes, mesmo sem haver intenção de favorecê-los – até porque, nem sempre, a visibilidade é positiva. A cobertura está permeada por disputas simbólicas entre jornalistas e fontes (MOTTA, 2013b), na medida em que os interesses entre tais agentes são divergentes.

A Folha de S. Paulo adota uma perspectiva semelhante à de OESP, ao tentar explicar ao leitor as estratégias dos candidatos para utilizar o depoimento de Paulo Roberto Costa. No periódico da família Frias, também transparece a estratégia da campanha de Dilma em se mostrar comprometida com as investigações, bem como a perspectiva de que a campanha dela deveria preocupar-se com a contaminação da presidente porque “Quando a Polícia Federal deflagrou a Operação Lava Jato, em março, pesquisas qualitativas mostraram que suspeitas na Petrobras prejudicaram a imagem da Presidente” (CAMPANHA DE DILMA..., 7 set. 2014, A6).

Assim como no Estadão, Aécio e Marina aparecem criticando o governo. Para a Folha, a estratégia do candidato do PSDB era “centrar fogo no PT, reacendendo a polarização. No segundo plano, apresentar-se como o único que sempre esteve ‘contra tudo isso que está aí’” (LIMA; SIEPLIN, 7 set. 2014, A7). O periódico repercutiu, ainda, as estratégias utilizadas nos programas do Horário Gratuito de Propaganda Eleitoral (HGPE). Elas seriam semelhantes às imagens que os candidatos estavam procurando fortalecer em suas declarações (DILMA DIZ TER..., 10 set. 2014, A6).

Tanto na cobertura de OESP como na da FSP, os candidatos são apresentados como agentes com estratégias traçadas para lidar com o escândalo. No caso de Dilma, a tentativa é de se afastar o quanto puder, para evitar a contaminação, enquanto Marina e Aécio tentam aproximá-la de Paulo Roberto Costa e da responsabilidade sobre as irregularidades. A base aliada no Congresso, por sua vez, tenta ligar o ex-diretor ao governo FHC (BRITO, 16 set. 2014, A4).

A tentativa de se afastar da origem do escândalo é algo comum nesses casos. O trabalho de Carvalho, Mont’Alverne e Marques (2013), sobre a cobertura do escândalo do senador Demóstenes Torres, mostra que os agentes políticos procuram se distanciar do agente sob suspeita, a fim de resguardarem as próprias imagens públicas.

Sabendo que “o escândalo pode esvaziar o capital simbólico do qual o exercício do poder político depende” (THOMPSON, 2002, p. 137), a tendência é de que os agentes políticos procurem evitar manter relações – ao menos, publicamente – com os envolvidos e que os adversários tentem lucrar politicamente com a associação entre eles, especialmente, durante a campanha eleitoral. Este movimento corrobora a ideia defendida por Vasconcellos (2014), de que a construção do escândalo não se dá somente por causa da cobertura, mas também por outros atores que colaboram com a imprensa, reforçando o caráter irregular dos fatos noticiados.

A narrativa construída pelo Estadão está, em grande parte, preocupada em retratar o jogo político e as alterações nele a partir das denúncias. Tal disposição apareceu nos núcleos temáticos anteriores, mas também está presente nos dois seguintes - Convocação de Paulo Roberto Costa à CPI e Repercussão da participação de PR Costa na CPI. Se, no caso dos núcleos anteriores, havia desdobramentos do escândalo e produção de novos fatos, os dois citados acima trazem uma narrativa centrada na disputa política e no conflito entre oposição e base aliada.

O Estado de S. Paulo centra sua narrativa em acompanhar os movimentos da

oposição e da base aliada sobre a participação de Costa na CPI. O impasse começa pela dúvida se o ex-diretor poderia ser ouvido no Congresso. Após liberação do STF, o Estadão afirma que a base do governo estaria preocupada com o vazamento de mais informações caso o depoimento fosse enviado à CPI (CPI PODE OUVIR..., 13 set. 2014, A16). Em seguida, os parlamentares deveriam decidir se a sessão seria aberta ou fechada.

O jornal cobre também a mobilização do governo para evitar prejuízos com o depoimento de Costa aos congressistas, embora a presidente tenha dito estar despreocupada com o que o ex-diretor poderia revelar.

Apesar das declarações da presidente, o governo está acompanhando o tema de perto e o ministro chefe da Secretaria de Relações Institucionais, Ricardo Berzoini, foi escalado para atuar junto ao Congresso. Berzoini se reuniu na manhã desta terça-feira, no Planalto, com o presidente da CPMI, senador Vital do Rêgo (PMDB-PB), para debater a estratégia de condução dos trabalhos durante o depoimento (BRITO; MONTEIRO, 17 set. 2014, A10).

No núcleo temático seguinte, “Repercussão da participação de PR Costa na CPI”, OESP prossegue explorando o conflito entre parlamentares governistas e de oposição, inclusive porque, como Costa ficou calado na CPI, só os congressistas falaram. O jornal afirma que a sessão virou “palco para ataques eleitorais”.

Os opositoristas usaram sua presença para atacar a presidente e candidata à reeleição Dilma Rousseff e comparar o esquema delatado por Costa ao mensalão (...). Os petistas, por sua vez, aproveitaram o silêncio do delator para lembrar que escândalos também ocorreram na época em que o presidente da República era seu adversário Fernando Henrique Cardoso (PSDB) (...). O deputado Julio Delgado (PSB-MG) protestou contra o fato de Costa ter citado o ex-governador Eduardo Campos, morto em acidente aéreo no mês passado, como um dos beneficiários do suposto esquema de propina (CARDOSO; BRANDT; BRITO; COLLETA, 18 set. 2014, A4).

A Folha de S. Paulo, por sua vez, adota subtemas semelhantes aos de OESP nos dois últimos núcleos temáticos. O periódico afirma que

O Palácio do Planalto buscou articular com sua base aliada no Congresso uma estratégia para tentar evitar que o depoimento do ex-diretor Paulo Roberto Costa na CPI da Petrobras se transforme num palanque para oposição na reta final da eleição. (...) O governo mobilizou sua tropa de choque para defender a estatal, responsabilizando Paulo Roberto individualmente (GUERREIRO; CRUZ, 17 set. 2014, A11).

A FSP corrobora a versão do concorrente sobre a sessão da CPI na qual Costa

permaneceu calado, afirmando que ela foi alvo de disputa política. Na mesma notícia, o jornal informa que a Polícia Federal gastou cerca de R\$ 60 mil para levar o réu a Brasília.

A estratégia da oposição foi ligar as denúncias na Petrobras ao mensalão do PT. Congressistas do DEM e do PSDB se revezaram em discursos com ataques à presidente Dilma Rousseff (...). "Ele é chamado de Paulinho por Lula. O governo Lula, Dilma e o PT não aprenderam com o mensalão. O esquema é o mesmo", disse Onyx Lorenzoni (DEM-RS).

Do lado governista, os discursos foram em defesa de Dilma e do "oportunismo" da oposição ao atacar a Petrobras (GUERREIRO; HAUBERT, 18 set. 2014, A10).

O foco no jogo político segue algo já identificado e criticado pela literatura sobre Jornalismo político (FALLOWS, 1997; GOMES, 2004; KOVACH; ROSENSTIEL, 2003; SCHUDSON, 2008; THOMPSON, 2002; TUMBER; WAISBORD, 2004). No caso da narrativa criada pelos dois jornais, não só o jogo político está em cena, mas a própria campanha eleitoral. Desse modo, grande parte das notícias gira em torno do impacto do escândalo nas eleições, sem explorar como as irregularidades delatadas podem ter comprometido o funcionamento da Petrobras, por exemplo.

O Jornalismo, ao priorizar um tipo específico de narrativa, sinaliza ao leitor que são estas as questões mais relevantes do assunto abordado, agendando a discussão deles. "(...) é possível, em consonância com Correia (2011), afirmar que a pauta jornalística 'intervém decididamente na configuração do agir político', de modo que a agenda fabricada pelas notícias tem impacto nos debates e controvérsias relevantes" (MIOLA, 2012, p. 124).

A adoção de determinadas perspectivas e a formatação da narrativa na forma em que ela é apresentada não se dá por acaso, menos ainda, quando se tratam de escândalos midiáticos. "Escândalos midiáticos, como todos os escândalos, não simplesmente *acontecem*: eles passam a existir e se mantêm em contextos específicos, muitas vezes, ligados a organizações particulares e sempre atuando dentro de finalidades e objetivos" (THOMPSON, 2002, p. 107). Em muitos casos, portanto, depende do Jornalismo a exploração de conflitos e de escândalos presentes na sociedade – em alguns casos, até a definição do que é entendido como tal.

Talvez, a ideia norteando a cobertura constante sobre o jogo político e o desenrolar do escândalo seja a legitimação do Jornalismo como cão-de-guarda da audiência, uma noção muito presente no *ethos* profissional (GUAZINA, 2014). As empresas podem preocupar-se em mostrar as estratégias das campanhas, por exemplo, a

fim de resguardar a credibilidade, reforçando o pacto com o leitor.

No caso, considera-se que as narrativas sobre o escândalo criadas pelos jornais pratiquem a cobertura adversária, “que se caracteriza por ter como finalidade principal legitimar o próprio jornalismo como um poder e ator fundamental da cena pública” (GUAZINA, 2014, p. 9). O escândalo político é um espaço privilegiado para tal forma de cobertura, oferecendo a possibilidade de o Jornalismo trazer a público irregularidades cometidas por figuras públicas e questioná-las, alimentando a imagem de defensor da audiência.

Não se trata de desconsiderar o papel do Jornalismo para a democracia, na medida em que a atividade pode inibir novos escândalos e constranger os agentes políticos. Trata-se de considerar que a cobertura está sujeita a diversas pressões e compromissos e não existe por conta própria, podendo estar permeada pelos interesses das fontes e das próprias empresas jornalísticas, que são instituições dotadas de ambições próprias.

## **5. Considerações finais**

A narrativa traçada pelos jornais O Estado de S. Paulo e Folha de S. Paulo guarda vários pontos de contato entre si. Quatro conflitos principais são explorados pelos periódicos, a partir dos quais organizam-se as diversas personagens presentes no material. O jogo político e a campanha eleitoral são especialmente considerados pelos jornais, a partir de uma perspectiva de desconfiança dos agentes políticos e da política, algo identificado por Guazina (2014) na cobertura brasileira.

O material analisado traz, também, um fenômeno típico do escândalo político, a sucessão de acontecimentos, com a cobertura sendo realimentada cotidianamente (AZEVEDO, 2010; CHAIA; TEIXEIRA, 2001; THOMPSON, 2002). A cada dia, existem fatos novos – ou a repercussão deles – para segurar o interesse do leitor. A narrativa exige, assim, o acompanhamento por parte da audiência.

O escândalo político, ao ser reforçado cotidianamente, contribui para um desgaste progressivo da imagem pública dos envolvidos, o que desperta interesses diversos em uma cobertura negativa. Cria-se, inclusive, uma situação delicada, na qual o acusado arca com o ônus acarretados pelas denúncias antes mesmo de uma condenação

oficial. A cobertura do escândalo, portanto, precisa ser analisada de maneira cautelosa, na medida em que o Jornalismo não tem entre suas funções o julgamento das pessoas que figuram no noticiário.

Sabendo que o Jornalismo, ao contrário do que as empresas costumam argumentar, não oferece um reflexo da realidade e está ligado a interesses diversos, é preciso considerar limites da atividade. Tais precauções não diminuem o papel do Jornalismo na cobrança dos agentes políticos. Apenas reafirma que as empresas de comunicação não constroem narrativas desinteressadas e que dispõem de um poder considerável na sociedade, podendo agendar a pauta da discussão e configurar imagens públicas.

O artigo faz um esforço em unir a literatura sobre escândalo político e análise da narrativa, oferecendo uma abordagem para investigar o tema no material jornalístico. Reconhecem-se as limitações do estudo, que pode cair em certo grau de subjetividade, bem como a possibilidade de abranger um recorte temporal mais extenso.

## REFERÊNCIAS

ALDÉ, A.; VASCONCELLOS, F. Ao vivo, de Brasília: escândalo político, oportunismo midiático e circulação de notícias. **Revista de Ciências Sociais**, v. 39, n° 2, p. 61-69, 2008.

ARAÚJO, B. **A narrativa jornalística e a construção do real: Como as revistas Veja e Istoé trataram a manifestação dos estudantes da Universidade de São Paulo em 2011.** Disponível em < <http://www.bocc.ubi.pt/pag/araujo-bruno-a-narrativa-jornalistica-construcao-real.pdf>>. Acesso em 16 out. 2014.

ARNOLD, R. Douglas. **Congress, the Press, and Political Accountability.** Princeton: Princeton University Press, 2004.

AZEVEDO, F. Corrupção, mídia e escândalos midiáticos no Brasil. **Em debate**, Belo Horizonte, v. 2, n° 3, p. 14-19, 2010.

CARVALHO, A.; MONT'ALVERNE, C.; MARQUES, F. P. J. A. Jornalismo, política e escândalos midiáticos: a mudança na imagem pública do ex-senador Demóstenes Torres. **Passagens**, Fortaleza, v. 4, n° 2, p. 1-23, 2013.

CHAIA, V.; TEIXEIRA, M. A. Democracia e escândalos políticos. **São Paulo em perspectiva**, São Paulo, v. 15, n° 4, p. 62-75, 2001.

COOK, Timothy E. **Governing with the news**. Chicago: The University of Chicago Press, 2005.

CORREIA, Eduardo Luiz. História e ficção na narrativa de um escândalo midiático. 411 f. Tese (Doutorado em Comunicação). Faculdade de Comunicação, Universidade de Brasília, 2012.

DJERF-PIERRE, M. *et al.* Policy failure or moral scandal? Political accountability, journalism and new public management. **Media, Culture and Society**, v. 35, n. 8, p. 960-976, 2013.

EKSTRÖM, M.; JOHANSSON, B. Talk scandals. **Media, Culture and Society**, v. 30, n° 1, p. 61-79, 2008.

FALLOWS, James. **Detonando a notícia: como a mídia corrói a democracia americana**. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1997. 351 p.

GOMES, Wilson. **Transformações da política na era da comunicação de massa**. São Paulo: Paulus, 2004. 451 p.

\_\_\_\_\_. Mapeando a audiosfera política brasileira: os soundbites políticos no Jornal Nacional. Disponível em <[http://www.compos.org.br/data/biblioteca\\_314.pdf](http://www.compos.org.br/data/biblioteca_314.pdf)>. Acesso em 7 jun. 2012.

GUAZINA, L. S. **Quando cultura política e subcultura jornalística andam de mãos dadas: a desconfiança na política em tempos de escândalos**. Disponível em <http://goo.gl/rCggwe>. Acesso em 16 mai. 14.

KAPLAN, Richard. The origins of objectivity in American Journalism. In: ALLAN, Stuart (Organizador). **The Routledge Companion to News and Journalism**. New York: Routledge. 2012. Revised edition. P. 25-37.

KOVACH, Bill; ROSENSTIEL, Tom. **Os elementos do jornalismo**. São Paulo: Geração Editorial, 2003. 302 p.

MARQUES, F. P. J. A.; MIOLA, E. Deliberação mediada: Uma tipologia das funções dos *media* para a formação do debate público. **Estudos em comunicação**, v. 1, n° 7, p. 1-28, 2010.

MIGUEL, L. F. Capital político e carreira eleitoral: algumas variáveis na eleição para o Congresso brasileiro. **Revista Sociologia e Política**, Curitiba, v. 20, p. 115-134, 2003.

MIOLA, Edna. Sistema deliberativo e tensões entre interesses públicos e privados: a criação da Empresa Brasil de Comunicação em debate no Congresso e na imprensa. 294f. Tese (Doutorado em Comunicação Social). Faculdade de Filosofia e Ciências Humanas, Universidade Federal de Minas Gerais, Belo Horizonte, 2012.

MONT'ALVERNE, C.; MARQUES, F. P. J. A. Jornalismo Político e Imagem Pública: Dilma Rousseff nos editoriais do jornal O Estado de S. Paulo. **Contracampo**, Niterói, v. 28, n. 3, p. 93-115, 2013.

MOTTA, L. G. Narrativa jornalística e conhecimento imediato de mundo: construção cognitiva da história do presente. **Comunicação&Política**, v. 24, n° 3, p. 46-70, 2006.

\_\_\_\_\_.; GUAZINA, L. O conflito como categoria estruturante da narrativa política: o caso do Jornal Nacional. **Brazilian Journalism Research**, v. 6, n° 1, p. 132-149, 2010.

\_\_\_\_\_. **Análise crítica da narrativa**. Brasília: Editora UnB, 2013a.

\_\_\_\_\_. Mediação + Representação: matriz conceitual e operacional para análise dos conflitos de poder no jornalismo. Paper apresentado no XXII Encontro Anual da Associação Nacional de Programas de Pós-Graduação em Comunicação (COMPÓS). Salvador (BA), 4 a 7 jun. 2013.

SCHUDSON, Michael. **Why democracies need an unlovable press**. Cambridge: Polity Press, 2008. 147 p.

SILVA, M. O. A notícia como narrativa e discurso. **Estudos em Jornalismo e Mídia**, v. 4, n° 1, p. 49-64, 2007.

THOMPSON, John B. **O escândalo político: poder e visibilidade na era da mídia**. Petrópolis: Vozes, 2002. 325 p.

TRAQUINA, N. **Teorias do Jornalismo, por que as notícias são como são**. Florianópolis: Insular, 2005, 224 p.

TUCHMAN, G.. Objectivity as Strategic Ritual: An Examination of Newsmen's Notions of Objectivity. **The American Journal of Sociology**, v. 77, n° 4, p. 660-679, 1972.

\_\_\_\_\_. **Making news: A study in the Construction of Reality**. Free Press, 1978. 256 p.

TUMBER, H.; WAISBORD, S. Introduction: Political scandals and media across democracies, volume I. **American Behavioral Scientist**, v. 47, n° 8, p. 1031-1039, 2004.

VASCONCELLOS, F. Os enquadramentos do Jornal Nacional sobre Lula e o escândalo do 'Mensalão'. **Compólitica**, v. 1, n° 4, p. 82-118, 2014.